Educação Ambiental: perspectiva contemporânea de ensino e aprendizagem

Kátia Diniz Coutinho Santos (CAp. João XXIII-UFJF)[1]

Wanessa Dose Bittar (UFJF)[2]

Regina Ferreira Barra (CAp. João XXIII-UFJF)[3]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo contextualizar o processo de ensino e aprendizagem na contemporaneidade, correlacionando-o à Educação Ambiental (EA), aos desafios da atualidade; ao ambiente educacional na perspectiva do "valor compartilhado" e ao papel do docente como uma possibilidade de fomento para novas práticas educativas. A produção deste artigo é fruto da experiência docente e constante observação das autoras sobre a fragilidade das práticas pedagógicas, por não suscitarem transformações significativas da realidade experimentada através de seus processos. Neste contexto pretende-se abordar o concurso "Pesquisar e conhecer para combater o Aedes Aegypti", uma iniciativa do MEC/SECADI, como um estudo de caso.

Palavras-chave: Educação ambiental; aprendizagem baseada em projeto; docência.

Abstract: This article aims to contextualize the teaching and learning process in contemporary times, correlating it to Environmental Education (EA), to the current challenges; To the educational environment from the perspective of "shared value" and to the role of the teacher as a possibility to foster new educational practices. The production of this article is the result of the teaching experience and constant observation of the authors about the fragility of pedagogical practices, since they do not provoke significant transformations of the reality experienced through their processes. In this context it is intended to address the "Search and know to combat Aedes Aegypti" competition, an initiative of the MEC / SECADI, as a case study.

Keywords: Environmental education; Project-based learning; Teaching.

[1]Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e Professora do Departamento de Ciências Naturais do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF.

[2] Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Professora de Artes, cursando Disciplina no Mestrado de Comunicação Social da UFJF.

[3]Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora do Departamento de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF.

1. Introdução

> O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental tornam-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que se evidencia, na prática social, a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias (BRASIL. MEC, 2013, p. 542).

Atualmente, a produção de conhecimentos sobre o tema EA, passou a ser um processo permanente e dinâmico com muitos desafios. Diante deste contexto, os sistemas educacionais assumiram a tarefa de compreender e suprir as novas demandas locais, principalmente por intermédio dos professores. A formação destes é o ponto principal para mudanças no contexto de ensino e aprendizagem voltado para um mundo "sem fronteiras". A necessidade de qualificação continuada do professor cresce, não só em relação à especificidade de sua formação, como também no que se refere às metodologias de ensino e às novas tecnologias. Segundo Libâneo et al (2005) precisamos educar sujeitos autônomos, conscientes e críticos para o exercício da cidadania. Neste sentido, professores e escolas deverão preparar-se para atender as exigências dos demais setores da sociedade.

No Brasil, observa-se que, a inserção do tema da EA na educação se dá por meio de um processo histórico de estímulo e articulação das políticas nacionais e internacionais relativas ao meio ambiente, bem como do diálogo entre movimentos sociais e ambientais pelo mundo. A partir da década de 90, a realização da II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, contribuiu para a ampliação da esfera de influência da EA e conquistou mais espaço nas discussões em diversos setores da sociedade, especialmente nas instituições de ensino. Desta forma, possibilitou a proposição de Políticas de Formação de professores no que tange a EA, a fim de lhes atribuírem responsabilidades advindas das políticas educacionais.

Em consequência, principalmente, das mudanças ocorridas em um mundo permeado com diversas informações e conhecimentos proporcionados pela evolução tecnológica, a EA possibilita maior conscientização entre os sujeitos e oportuniza mudanças de valores que enfatizam a importância dos estudos e das pesquisas à respeito das questões ambientais. A EA ao buscar ações que contribuem para enfrentar e/ou responder os desafios da atualidade, pode indicar para docentes e discentes uma perspectiva de trabalho do "valor compartilhado" como uma maneira de fomentar novas práticas educativas com o intuito de evidenciar e esclarecer problemáticas socioambientais. Há oportunidades ainda "inexploradas" com a aplicação de práticas pedagógicas contemporâneas como é o caso da aprendizagem baseada em projetos. Sendo esta, a que ultrapassa os muros da escola, podendo ganhar o mundo e valorizar uma prática de conhecimento significativo para além da aprendizagem; aumentar a auto-estima de muitos discentes e melhorar o ambiente educacional por meio de conquistas de caráter individual e coletivo.

Neste contexto pretende-se abordar o concurso "Pesquisar e conhecer para combater o Aedes Aegypti", uma iniciativa do MEC/SECADI, como um estudo de caso. A produção deste artigo é fruto da experiência docente e constante observação das autoras sobre a fragilidade das práticas pedagógicas, por não suscitarem transformações significativas da realidade experimentada através de seus processos.

2. Educação Ambiental e desafios da contemporaneidade

O atributo "ambiental" na tradição da EA brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, pois é um elemento estruturante que delimita um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a práxis político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental. Nesta perspectiva, a EA pode ser considerada como um processo em construção, não havendo consenso em sua conceituação. Muitas vezes as práticas educacionais são reducionistas, fragmentadas e unilaterais da problemática ambiental, e abordagens despolitizadas e ingênuas dessa temática (BRASIL.MEC, 2012; 2013).

Segundo Dias (2004), a EA, é um processo por meio do qual as pessoas apreendem o funcionamento do ambiente, a nossa dependência dele, como o afetamos e somos afetados por ele, e as maneiras que promovemos a sua sustentabilidade. Reigota complementa esta visão ao dizer que a EA "como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum" (2012, p.13). Para o autor somente ela não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, poderá influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Alguns fatores mobilizaram sobremaneira a comunidade internacional em torno da crise do meio ambiente humano. O binômio desenvolvimento-meio ambiente passou a assumir um lugar de destaque no cenário mundial, particularmente através de três eventos ocorridos a partir da década de 70:

> a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Cnumah), em Estocolmo, 1972; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), no Rio de Janeiro, 1992 (também conhecida por Rio-92); e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), em Johanesburgo, 2002. Em linhas gerais, essas conferências identificaram o desenvolvimento sustentável como meta e a gestão ambiental e a Educação Ambiental (EA) como principais instrumentos desse processo (SOUZA; NOVICKI, 2010, p. 34-35).

O desgaste ambiental e as desigualdades sociais geram uma das maiores crises da contemporaneidade, e, também, a urgente necessidade de sua resolução. Sendo notório que "a atualidade é marcada por maior preocupação com as questões referentes à defesa e proteção do meio ambiente natural e construído - especialmente o de valor histórico e artístico – às mudanças climáticas e aos riscos socioambientais globais" (BRASIL, MEC, 2013, p. 544).

De acordo com Leff (2015), diante das estratégias de apropriação econômica e simbólica da natureza e da cultura, emerge hoje:

> uma ética ambiental que propõe a revalorização da vida do ser humano. Esta ética se expressa nas lutas de resistência das comunidades indígenas e camponesas a serem convertidas em reservas etnológicas, a ceder seu patrimônio de recursos naturais e a renunciar à sua identidade cultural. Essa reinvindicação, que é hoje da humanidade inteira [...] (LEFF, 2015, p. 29).

Constata-se que, desde os anos 70, vêm acontecendo eventos a nível mundial, que têm contribuído para o debate dos problemas socioambientais, inclusive no Brasil.

Vale ressaltar que a mídia tem reportado diariamente aos acidentes socioambientais, mudanças climáticas, como aumento da temperatura global, diminuição da camada de ozônio, efeito estufa, inundações, queimadas das matas, dentre outros. Neste contexto é evidente o pensamento para investimentos em assuntos que tangenciam a EA:

> A educação ambiental é uma prática pedagógica que não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida por um sujeito: os professores. No entanto, esses professores que estão nas salas de aula ou em formação nas universidades estão se sentindo compelidos, por toda uma demanda social e institucional a inserir a dimensão ambiental em suas práticas pedagógicas (GUIMARÃES, 2012, p. 124-125).

Esta análise de Guimarães é o "retrato" de um sistema educacional ainda frágil e conservador para o pensamento das práticas contemporâneas de ensino e aprendizagem. Colocar as questões ambientais em voga é trabalhar diretamente com uma demanda não específica, mais relacionada a uma diversidade de conhecimentos, que não são enquadrados em apenas um campo específico de saberes. Sendo pertinente atentar aos pensamentos conceituais que envolvem a transversalidade da educação com foco ambiental.

Domingues (2012) refere-se à EA como processo de socialização do indivíduo, como uma ferramenta fundamental para a construção do cidadão responsável pelo ambiente, tendo como princípio básico inserir aspectos do cotidiano e do meio ambiente no seu desenvolvimento, capacitando-o para viver em sociedade. Por essa razão, acredita-se, que sua eficiência começa quando se tem esclarecimento do conceito de Meio Ambiente. Para Reigota, o Meio Ambiente é "o lugar determinado ou percebido, onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade" (2009, p. 36).

Além destes referenciais teóricos citados, quando pesquisa-se por bases de conhecimentos referentes ao meio ambiente, é importante e necessário recorrer aos documentos oficiais, como: Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica e Legislações. Devido a própria natureza da questão ambiental, a constante captação de informações sobre o tema é uma necessidade para todos. Isso não significa que os professores deverão "saber tudo" para que possam desenvolver um notório trabalho, mas que precisam se dispor a aprender sobre assuntos relacionados e construir com os educandos a noção de que o processo de construção e de produção do conhecimento é constante (BRASIL. MEC, 2000, p. 47).

Os educadores que cultivam as ideias e sensibilidades ecológicas em sua prática educativa são portadores dos ideais do sujeito ecológico, que é um sujeito preparado para os desafios contemporâneos relacionados ao bem estar socioambiental e a manutenção de um espaço para futuras gerações (CARVALHO, 2011). Diante deste cenário apresentado é pertinente que a educação traga contribuições para os espaços de formação docente e/ou discente e incentive o exercício de novas práticas educacionais, estimulando as discussões acerca dos problemas socioambientais; envolvendo a comunidade com diferentes tipos de reflexões; despertando proposições de ações sistematizadas em prol de um mundo melhor e sustentável Afinal a educação é em sua essência ambiental.

3. Ambiente educacional potencialmente desenvolvido pela visão do "valor compartilhado"

Muitas são as mudanças que estão ocorrendo no mundo, devido aos novos pensamentos e necessidades, de uma sociedade que vive a era da informação. Onde trabalhar bem, com tantos dados gerados pelos avanços dos conhecimentos tecnológicos, tornou-se um saber essencial. Ficando cada vez mais evidente a demanda por novos pensamentos e condutas principalmente relacionada ao ambiente educacional.

Segundo FRAGO et al. (1998), o ambiente educacional é o espaço que comunica, mostra a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo, variando em cada cultura, não só das relações interpessoais, como também dos ritos sociais, da simbologia das disposições dos objetos e dos corpos, das relações hierárquicas.

Pouco se pensa sobre a influência do ambiente educacional como ativador e estimulante para novos processos de ensino e aprendizagem. E este é um "espelho" de crenças, valores visíveis e influenciadores para o que se deseja modificar no espaço e tempo. Sendo o espaço limitado em seus recursos e trabalhado por seus gestores na perspectiva dos grandes desafios que são: a identidade, a autonomia e a cooperação. Visando sempre que possível, amenizar lacunas entre, o ser e o tornar-se coletivo, para assim alcançar o respeito e o envolvimento de todos.

Neste sentido pensar sobre o papel pedagógico no espaço físico para potencializar o ideal compartilhado pelos atores, faz-se referenciar, o conceito recentemente trabalhado pelos gurus Porter[4] e Kramer[5] denominado por "valor compartilhado", em que afirmam que o mesmo abrange a geração de valor econômico de modo a gerar valor social e que para isso é preciso interligar o sucesso da organização ao benefício social. Ou seja, assuntos sociais não são algo a margem daquilo que a organização faz, mas estão no centro das estratégias e decisões como oportunidade. Tornando-se importante a visão para cinco dimensões que constituem a sustentabilidade: a econômica, a social, a ecológica, a geográfica (espaço) e a cultural conforme bem apontado por Sachs (1994).

O "valor compartilhado" é aplicado a qualquer organização, inclusive no espaço educacional, situado como parte do assunto deste artigo. Segundo Libâneo e al. (2005) e a missão da escola é desenvolver conhecimentos, capacidades e habilidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania.

A importância de se "olhar" para as necessidades internas e externas do espaço educacional traz situações reais na prática do ensino e da aprendizagem, que desafiam e podem tornar significativa a missão da escola, criando e fortalecendo as bases para um "saber ambiental"[6] (LEFF, 2009).

---

[4]Michael Eugene Porter (Ann Arbor, Michigan, 1947) é um professor da Harvard Business School, com interesse nas áreas de Administração e Economia. É autor estudos sobre estratégias de competitividade.

[5]Marke R. Kramer é co-fundador e diretor-gerente da FSG e autor de influentes publicações sobre valor compartilhado, filantropia catalítica, impacto coletivo, avaliação estratégica e investimento de impacto.

[6]O saber ambiental, crítico e complexo vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos; vai constituindo um campo epistêmico que problematiza os paradigmas estabelecidos para construir uma nova racionalidade social.

4. O papel do docente no processo de ensino e aprendizagem

> Sermos educadores conscientes dessa força construtora do 'inédito viável' nos move como liderança no processo de transformação da realidade socioambiental. A confiança nessa possibilidade nos motiva a persistir; afinal, como disse Margareth Mead, 'nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato é só isso que o tem mudado' (GUIMARÃES, 2012, p. 143).

Conforme a citação de Guimarães pode-se ter uma noção da relevância do papel de um docente mediante os vários desafios impostos pela realidade. É necessário que a partir dessa reflexão, seja valorizado cada pequena atitude de mudança. Ensinar para atender as necessidades do século XXI é atentar-se para as estratégias de aprendizagem contemporâneas e ter a consciência de que é preciso enfatizar as habilidades para resolução de problemas por meio de tarefas cooperativas, de modo que, estimule educandos em suas atividades de forma integral. Entretanto, nem sempre o docente encontra-se preparado para responder a certos desafios, tais como um ambiente de motivação restrita, baixo nível de habilidade para resolução de problemas, orçamentos limitados e tecnologias de ensino em constante modificação (BENDER, 2014, p.13).

Torna-se indispensável recorrer a reflexões acerca da formação de docentes e promover o diálogo entre universidades e escolas com o objetivo de repensar concepções, métodos e práticas pedagógicas para suprir as reais necessidades contemporâneas de ensino. Portanto, a participação ativa dos professores na busca contínua e reflexiva de construção e reconstrução dos saberes e de sua prática está muito presente quando se estabelece foco para a EA. Neste sentido, Leff (2015) afirma que o saber ambiental ocupa

> seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso (LEFF, 2015, p.17).

De acordo com esta visão, a EA adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável.

> Trata-se de um processo histórico que exige o compromisso do Estado e da cidadania para elaborar projetos nacionais, regionais e locais, onde a educação se defina através de um critério de sustentabilidade que corresponda ao potencial ecológico e aos valores culturais de cada região; de uma educação capaz de gerar uma consciência e capacidades próprias para que as populações possam apropriar-se de seu ambiente como uma fonte de riqueza econômica, de prazer estético e de novos sentidos de civilização, e de um novo mundo onde todos os indivíduos, as comunidades e as nações vivam irmanados em laços de solidariedade e harmonia com a natureza (LEFF, 2015, p. 251).

Para uma EA efetiva é possível visualizar a oportunidade de se utilizar projetos baseados em uma questão, tarefa ou problema motivador e envolvente é possível ensinar conteúdos acadêmicos aos alunos no contexto do trabalho cooperativo para a resolução de problemas. Este método estimula e motiva a autonomia do aprendiz com relação à escolha dos meios para solucionar um determinado problema de projeto proposto em aula, podendo resultar em altos níveis de comprometimento com pesquisas

e consequente envolvimento com o significativo aprendizado. Mas para que a aprendizagem baseada em projeto gere bons resultados é preciso que o docente deixe de ser fornecedor de informações e passe a ser facilitador de aprendizagem no contexto da solução do problema (BENDER, 2014).

A mudança de postura do educador motiva e aumenta o rendimento do educando inserindo este em participações significativas durante o processo de aprendizagem. Aproximando a prática docente da efetiva aplicação do "saber ambiental" (LEFF, 2015), fortalece o papel do docente no processo de ensino e aprendizagem contemporâneo independente do uso direto ou não das tecnologias da educação.

5. Projeto do MEC: incentivo a novas formas de ensino e aprendizagem para a Educação Ambiental

No Brasil, a inclusão da temática ambiental nos espaços formal e não formal de ensino se faz notar tanto em textos como o da Constituição Federal de 1988, quanto na esfera das políticas diretamente vinculadas à questão ambiental (SOUZA e NOVICKI, 2010). Neste último caso, destacam-se a Lei nº 6.938, de 31 de outubro de 1981, instituidora da PNMA (BRASIL, 1981), anterior aquela carta, e, quase duas décadas após, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de todo processo educativo.

A Lei 9.795/1999 significou um marco para o campo de estudos sobre a Educação Ambiental, na medida em que a institucionalização progride na busca de uma sociedade justa e ambientalmente equilibrada, bem como, na construção de novas relações entre a sociedade e a natureza.

Sendo o objetivo fundamental da EA, "o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos" (BRASIL, 1999, p. 3).

Na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC estabelece em seu artigo 29 que a LDB 9.394/96 no que se refere o artigo 26, que determina que nos currículos do ensino fundamental e médio deverá ter uma base nacional comum e outra parte diversificada, acrescenta o §7º , que institui: "os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios." (BRASIL, 2012, p. 2).

Assim, Guimarães (2004) destaca que na realidade escolar, a EA vem se institucionalizando por meio de uma legislação e de políticas públicas para o setor, que apesar de alguns avanços

> a questão da abordagem interdisciplinar que prevaleceu pelo menos nas diretrizes das leis e políticas – há, no concreto do cotidiano escolar, uma fragilização desse processo pedagógico. Entre os professores, assim como na sociedade em geral, predominam posturas pouco críticas, levando-os a reproduzir em suas ações o discurso dominante, conservador, refletindo-se em práticas ingênuas, apesar de bem intencionadas (GUIMARÃES, 2004, p. 98).

A partir dessas premissas, Veiga et al. colocam como uma função importante da escola o desenvolvimento de trabalhos com a temática ambiental contribuindo para a transformação da comunidade em que está inserida, "mediante a criação de canais de comunicação com a população que possibilitem a discussão e reflexão sobre o papel dos cidadãos quanto ao meio ambiente." (2005, p. 21).

Contextualizado neste cenário, o MEC através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)[7], cria plano de ação específico com intuito de viabilizar projetos junto aos estados e cidades. De modo que estimule a realização dos objetivos inicialmente propostos nas políticas públicas transversais e intersetoriais em vigor.

É o caso do projeto do concurso "Pesquisar e conhecer para combater o Aedes Aegypti[8]". Voltado a todo o sistema educacional brasileiro com o objetivo de originar ações que promovessem o combate ao mosquito Aedes Aegypti e suas consequências, principalmente o Zika vírus, resultando na produção de vídeocaptado, através do uso de aparelho de telefone celular ou câmera digital doméstica, de até 90 segundos (1 minuto e meio) com a apresentação criativa de trabalhos desenvolvidos nas instituições de ensino brasileiro a partir da Semana Pesquisar e Conhecer Para Combater e Aedes Aegypti - 4 a 9 de Abril: Família na Escola. A ação, foi decorrente do "Pacto da Educação Brasileira contra o Zika", assinado em 4 de fevereiro de 2016, sendo dividida em etapa regional e nacional.

Os vídeos vencedores na etapa regional concorreram à etapa nacional que elegeu dois vencedores em cada nível/modalidade (educação infantil; fundamental anos iniciais e anos finais; ensino médio; ensino técnico; graduação) a partir da escolha da Comissão Julgadora Final e também por Júri Popular. Esta ação agraciou os vencedores com certificados para professores orientadores, alunos e uma placa de homenagem para a instituição escolar na etapa regional e na etapa nacional com certificados entregues em Brasília e participação em curso de formação sobre o combate ao mosquito Aedes Aegypti e o Zika vírus com ênfase nos espaços escolares - realizado entre os dias 9 a 11 de Novembro na capital – DF (Distrito Federal). Sendo os finalistas homenageados no site do concurso com a exibição dos vídeos.

Além desta mostra o MEC e signatários do "Pacto da Educação Brasileira contra o Zika" tiveram autorização para utilizar as produções com fins pedagógicos, institucionais e promocionais. O percurso deste projeto pode ser conhecido através do Youtube, canal de circulação dos vídeos, oficialmente usado pelo concurso e também no site do MEC[9]. Ao acessar as produções finalistas foi possível constatar as diferentes propostas de ensino e aprendizagem com processos significativos e altamente envolventes. Trazendo a reflexão de que estas iniciativas do MEC podem ser grandes aliadas e motivadoras do que chama-se aprendizagem baseada em projeto.

Desta forma, identifica-se, que existe no processo de desenvolvimento do trabalho uma valorização da contribuição de todos que estão ativamente empenhados para colaborar com o destaque de suas escolas em nível nacional. Junto a isso a afirmação do papel do professor, como facilitador do processo de aprendizagem durante a produção do material, em conformidade com as normas do edital publicado pelo (MEC/SECADI).

---

[7]O objetivo da Secadi é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

[8]http://mosquitonao.mec.gov.br/images/arquivos/edital_site.pdf

[9]http://mosquitonao.mec.gov.br/resultado-final

Assim, mais do que obter consenso em seu conceito, a EA abre-se para amplas possibilidades de organização interdisciplinar, de definição de conteúdos transversalizados que não corresponde às disciplinas tradicionais, de realização de projetos de ensino. Essa nova dimensão busca espaço no movimento de ruptura do currículo estanque e descontextualizado.

Portanto, pode-se salientar a importância do diálogo coletivo de saberes e do intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos nas diversas disciplinas e nas várias experiências sob a tradição crítica da educação. Conforme consta nos processos educativos que geraram os resultados do projeto "Pesquisar e conhecer para combater o Aedes Aegypti" que estão registrados no site do MEC.

6. Conclusão

A questão sobre EA é desafiadora, uma vez que, possibilita a integração de vários campos do conhecimento. Sendo assim, é possível evidenciar a necessidade de processos mais sólidos e constantes de formação, para todos os atores que participam diretamente do ambiente educacional.

Iniciativas como o caso do projeto "Pesquisar e conhecer para combater o Aedes Aegypti" é uma oportunidade para colocar em prática novas maneiras de abordar e significar a importância do conhecimento. Este ultrapassa os muros da escola podendo impactar no comportamento da sociedade, refletir no aprimoramento do ambiente educacional e tornar necessário uma formação "guiada por princípios de liberdade e por ideais de solidariedade humana, que inspire o exercício pleno da cidadania, promova a inserção no trabalho e incentive a continuidade dos estudos" (BRASIL.MEC, 2015, p. 200).

Guimarães "costuma usar como metáfora a correnteza de um rio: se não houver, de nossa parte, um esforço para mudarmos de rumo, seremos empurrados e seguiremos na direção da correnteza" (2012, p. 125).

Referências

BENDER, William N. ***Aprendizagem baseada em projeto: educação diferenciada* para o século XXI.** Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as leis de diretrizes e bases da educação nacional. ***Diário Oficial da União, Brasília, DF***, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. ***Diário Oficial da União***, Brasília, 11. abr. 2012. Seção Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. ***Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.*** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

_____.***Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental (Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002)***. Brasília - DF: Imprensa Nacional, 26.06.2002.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. ***Política Nacional de Educação Ambiental.*** Diário Oficial da União,Brasília, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. ***Diário Oficial do Poder Executivo***, Brasília, 18 jun. 2012.

_____. Constituição Federal (1998*). **Constituição da República Federativa do Brasil***. 40. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de outubro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. ***Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil***, Brasília, 02 set. 1981.

CARVALHO, I. C. de M. ***Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*** – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, G. F. ***Educação Ambiental: princípios e práticas.*** 9. ed. São Paulo: Gaia. 2004.

DOMINGUES, E. T. F. ***A educação ambiental no ensino fundamental do Colégio de Aplicação - Codap: concepções e práticas***. 2012.167f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.http://bdtd.ufs.br/handle/tede/1792. Acessoem 20 ago. 2016.

GUIMARÃES, M***. A formação de educadores ambientais***. 8 ed. Campinas: Papirus, 2012.

Informações do concurso ***"Pesquisar e conhecer para combater o Aedes Aegypti"*** Disponível em: <http://mosquitonao.mec.gov.br/images/arquivos/edital_site.pdf>. Acesso em: 15 de Abril de 2017.

_____Disponível em <http://mosquitonao.mec.gov.br/resultado-final>Acesso em: 15 de Abril de 2017.

Informações SECADI <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao.> Acesso em: 15 de Abril de 2017.

LEFF, E. ***Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.*** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. ***Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*.** São Paulo: Cortez, 2005.

PORTER, M. E.; KRAMER M. ***The Big Idea: Creating Shared Value.*** Harvard Business Review, Vol. 89, No. 1-2, January/February, 2011

REIGOTA, M. ***O que é educação ambiental***. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SOUZA, D. B. de; NOVICKI, A. V. ***Conselhos municipais de meio ambiente: estado da Arte, gestão e educação ambiental***. Brasília: Líber Livro, 2010.

SACHS, I. ***Desenvolvimento mundial: uma ideia sobre desenvolvimento populacional.*** Toulouse, Revista Internacional dos Serviços Sociais, n. 141, Unesco/Erès, 1994.

VEIGA, A.; AMORIM, E.; BLANCO, M. ***Um retrato da presença da Educação Ambiental no ensino fundamental brasileiro:o percurso de um processo acelerado de expansão.*** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

VIÑAO-FRAGO, A., ESCOLANO, A., (1998). ***Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.*** Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Alfredo Veiga-Neto.